

Título: Direitos de acesso aos serviços do SUS e poder local no Brasil

Autor(es) Daniela Lacerda Santos; Paulo Henrique de Almeida Rodrigues*

E-mail para contato: pharodrigues@gmail.com

IES: UNESA

Palavra(s) Chave(s): Poder Local; Patrimonialismo; Mandonismo; Rede SUS; Serviços de MAC

RESUMO

A literatura sobre o poder local no Brasil tende a considerar que nos municípios pequenos tendem a prevalecer as instituições políticas marcadas pelo patrimonialismo e pelo mandonismo local. A pesquisa verificou as condições de acesso de pacientes de pequenos municípios que necessitam de serviços de saúde de média ou alta complexidade, através de estudo de caso sobre o Município de Rio do Prado, face as limitações impostas pelas instituições tradicionais do poder local. O objetivo geral do foi analisar as condições de acesso dos pacientes da Saúde da Família do Município de Rio do Prado aos serviços de Média e Alta Complexidade (MAC). Sendo os objetivos específicos: estudar as condições do encaminhamento de pacientes da Saúde da Família para serviços de média e alta complexidade do SUS; analisar a conformação da rede SUS no Estado de Minas Gerais e a influência na mesma do setor privado complementar. Foi realizado um estudo de caso de caráter principalmente qualitativo, que utilizou entrevistas, análise de documentos oficiais e observação assistemática dos órgãos de gestão local, regional e estadual do SUS, além de análise de dados quantitativos sobre a rede de serviços de saúde e sobre a população. O estudo encontrou uma alta concentração de serviços de MAC em poucas regiões do Estado. Grande parte desses serviços é oferecida pelo setor privado complementar ao SUS. As regras formais do SUS, como a Programação Pactuada e Integrada (PPI) e filas de encaminhamento de pacientes, são muitas vezes suplantadas por regras informais oriundas do poder local tradicional, marcado pelo patrimonialismo e mandonismo, que favorecem tanto a contratação de serviços privados por valores superiores aos das tabelas do SUS, quanto à adoção de mecanismos clientelistas como critérios de encaminhamento de pacientes. Conclui-se que a insuficiência na estruturação da rede de serviços do SUS, força do setor privado na prestação de serviços para o Sistema e a interferência do mandonismo local nos encaminhamentos para tratamentos de MAC são elementos que se alimentam mutuamente e prejudicam o acesso universal aos serviços do SUS.